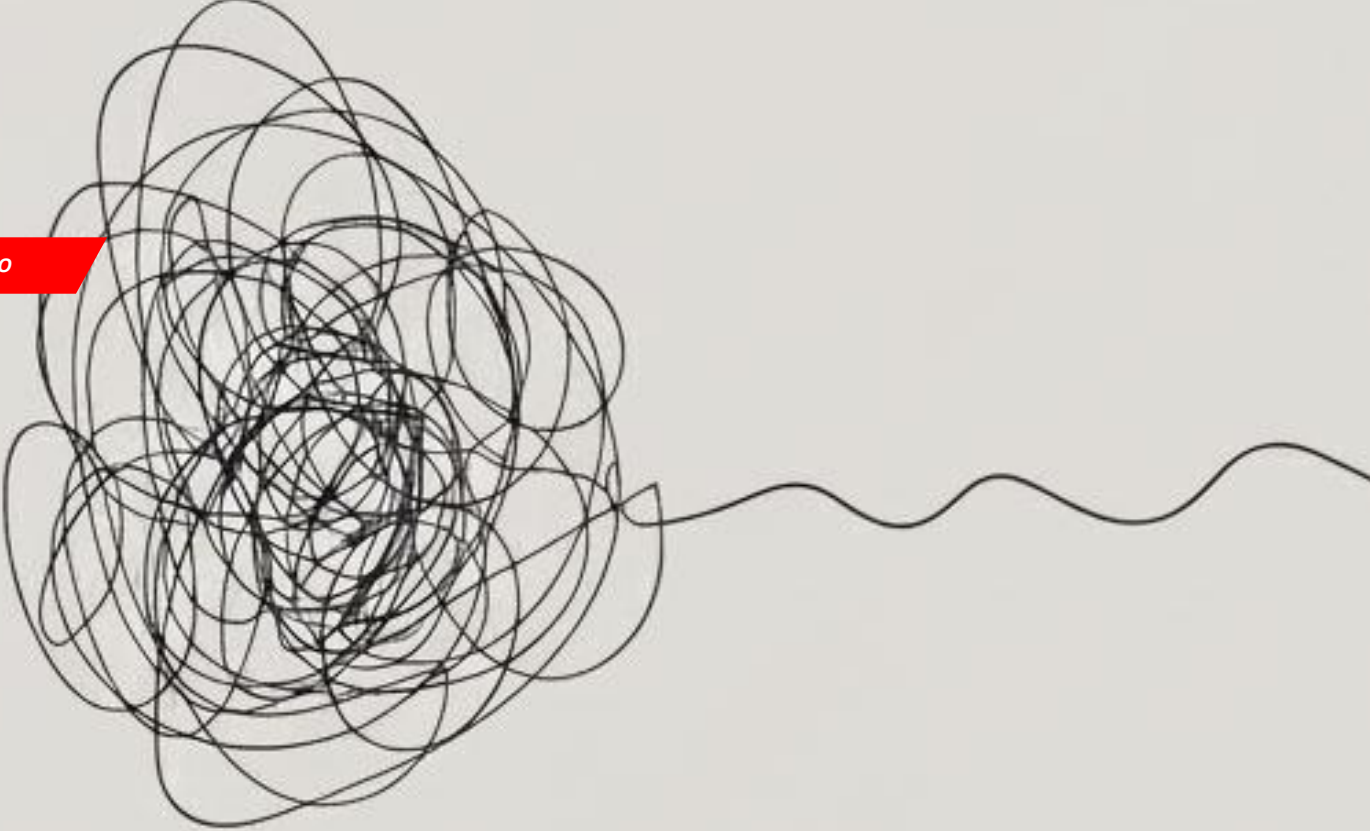




RELATO

**ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A REPATRIADOS
DO LÍBANO EM FOZ DO IGUAÇU:
do trabalho em rede à atuação com mediadores
interculturais**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137atendimentopsicologico>



Alisson Vinícius Silva Ferreira

alisson.psferreira@gmail.com

Psicólogo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), mestre e doutorando em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do Núcleo de Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC) da UFSC, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UNILA e representante do CRP/08 no Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu (PR).

**Atendimento psicológico a repatriados do Líbano em
Foz do Iguaçu:
do trabalho em rede à atuação com mediadores interculturais**

**Psychological care for returnees from Lebanon in Foz do Iguaçu:
from networking to working with intercultural mediators**

**Atención psicológica a retornados del Líbano en Foz do Iguaçu:
del trabajo en red al trabajo con mediadores interculturales**

O deslocamento involuntário e a cidade acolhedora

O deslocamento forçado impõe rupturas, perdas e situações potencialmente traumáticas. Em uma situação de emergência, como uma guerra, preservar a vida se torna imperativo, mas deixar casas, carreiras profissionais, sonhos e pessoas, pode implicar em impactos importantes na saúde mental de sujeitos que, em busca de segurança, acabam abrindo mão, pelo menos temporariamente, de elementos importantes de suas vidas.

Ao regressar para o país de origem ou migrar para o país acolhedor, é necessário que não apenas os países estejam preparados para acolher e reintegrar essas pessoas à sociedade local, mas, sobretudo, que as cidades estejam preparadas, pois é nelas que o cotidiano de pessoas deslocadas involuntariamente acontece. Neste sentido, relata-se a experiência da cidade de Foz do Iguaçu (PR) na atenção em saúde mental de pessoas repatriadas pela operação “Raízes de Cedro” do governo Lula, em 2024 (Brasil, 2024), que realizou acolhida às vítimas dos ataques de Israel a cidades do Líbano. Foz do Iguaçu recebeu 653 repatriados do Líbano entre outubro e novembro de 2024, totalizando cerca de 25% das pessoas acolhidas na operação. A escolha da cidade por parte dos repatriados se relaciona ao fato de Foz do Iguaçu e a cidade vizinha, Ciudad Del Este, no Paraguai, serem constituídas por uma grande comunidade árabe, que participou ativamente das ações de acolhimento com o poder público e organizações da sociedade civil (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2024).

Porém, uma das preocupações foi a questão do acolhimento em saúde mental, principalmente devido às diferenças culturais e à necessidade de preparação para que os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pudessem desenvolver competências culturais básicas para as potenciais demandas. Destaca-se ainda que no Plano Municipal de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu (Decreto 32607/2024) já havia a previsão de conceder formação para atendimento psicológico intercultural aos profissionais do município e estabelecer uma rede de intérpretes/mediadores interculturais aptos a trabalharem em ações coletivas e atendimentos individuais. No entanto, tais ações ainda não haviam sido realizadas, demandando emergencialmente o desenvolvimento de formação aos profissionais e capacitação de mediadores interculturais para atuar no acolhimento em saúde mental dos repatriados.

A articulação em rede em meio às incertezas

Com a previsão de chegada de 3.500 repatriados entre outubro e dezembro de 2024, que não se concretizou devido à pausa nos ataques de Israel, foi realizada uma força tarefa entre integrantes da comunidade árabe, profissionais da saúde mental do município, voluntários, Secretaria de Direitos Humanos, representantes do Conselho Regional de Psicologia, professores e estudantes da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), esta última via integrantes da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVm). A primeira ação consistiu na apresentação de um projeto de acolhimento em duas Unidades Básicas de Saúde do Município, territorialmente próximas às residências da comunidade árabe local e da fronteira com o Paraguai.

Para começar os acolhimentos, foi realizada uma formação básica via metodologia de roda de conversa com os profissionais destas unidades sobre cultura árabe/Libanesa e atendimento em saúde, conduzida voluntariamente por uma psicóloga brasileira de origem árabe. Nessa ocasião, temas como gênero, toques corporais no atendimento em saúde, cumprimentos, propensão à busca por psicoterapia, traumas, lutos vinculados ao deslocamento forçado e língua de atendimento, foram as principais questões levantadas pelos profissionais. Sem esmiuçar cada ponto neste texto, ressalta-se que o objetivo principal foi desenvolver certa sensibilidade cultural e trabalhar algumas homogeneizações e estereótipos envolvendo a diversidade inerente a qualquer cultura.

Posteriormente, estas Unidades de Saúde organizaram grupos e plantões para acolhimento individual. Todavia, durante as quatro primeiras semanas do projeto nas UBSs, a procura foi quase inexistente para o plantão e o grupo, de forma que ambos foram suspensos. Diante de tal fato, conjectura-se fatores envolvendo os estereótipos culturais de resistência para a procura de atendimento psicológico, a emergência de necessidades básicas, como moradia, alimentação, inserção educacional de crianças, por exemplo, e o próprio acolhimento entre pares efetuado pela comunidade árabe como um fator de proteção à saúde mental dos recém chegados, incluindo ainda o suporte religioso, econômico e cultural da comunidade.

Paralelo ao projeto de acolhimento psicológico nas UBSs houve a preocupação de viabilizar psicoterapia a pessoas que necessitassem de atendimentos mais prolongados. Porém, esta preocupação esbarrava na fila de espera para psicoterapia no serviço público de Foz do Iguaçu, onde os pacientes poderiam esperar meses para serem atendidos, a depender da gravidade do caso. Assim, o poder público municipal fez o pedido ao representante do CRP-PR no Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas, para verificar a possibilidade de atendimentos psicológicos voluntários às pessoas que não conseguissem ser atendidas de forma imediata na rede pública.

Realizou-se então um convite aos possíveis profissionais voluntários via grupo dos psicólogos locais, explicando a demanda do município, juntamente com um formulário que esclareceu os objetivos do projeto³⁷ e as condições para atender voluntariamente pessoas repatriadas do Líbano com demanda de psicoterapia, encaminhadas pelo serviço público. No formulário pedia-se nome, telefone, número de registro no CRP, se o profissional tinha experiência em atender vítimas de deslocamentos forçados, sua preferência de público (adulto, criança ou adolescente), disponibilidade para atender quantos pacientes, se preferia atender em consultório próprio ou em sala cedida pela Mesquita³⁸, línguas em que se comunicava e um campo para dúvidas. Ao todo, sete psicólogos se voluntariaram, sendo três homens e quatro mulheres. Não havia uma restrição linguística, apesar de haver preferência por profissionais falantes de árabe, pois já se previa a possibilidade de utilizar mediadores interculturais para fazer parte dos atendimentos.

O passo seguinte constituiu-se na oferta de uma capacitação mais específica sobre a dimensão psicossocial no atendimento aos repatriados em condição de deslocamento involuntário, desta vez, destinada a estudantes da pós-graduação em saúde pública da Unioeste e aos profissionais voluntários. Nesta palestra, em outubro de 2024, foram trabalhados temas como: cultura, descentramento cultural no atendimento psicológico, etnocentrismo, competências culturais para psicoterapia, etapas do processo migratório, migração involuntária, impactos psicológicos da imigração involuntária, desenraizamento cultural e linguístico, aculturação, identidade cultural, desafios para os repatriados integrarem-se na região da tríplice fronteira, rede de apoio ao migrante em Foz do Iguaçu e o plano de políticas públicas para migrantes de Foz do Iguaçu.

³⁷ O projeto iniciou em outubro de 2024 e finalizou suas ações em abril de 2025.

³⁸ A sala cedida pela Mesquita foi mediada pela Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade e a Diretoria de Assuntos Internacionais de Foz do Iguaçu, sendo que inicialmente foi realizada uma visita técnica para esclarecer as dúvidas da administração da Mesquita e para verificar potenciais espaços que preservassem o sigilo das sessões.

Nesta palestra também foi distribuída a versão física do caderno do *XII seminário de psicologia e políticas públicas: interface entre psicologia e populações em situação de refúgio, migração e apátrida*.³⁹

Após algumas semanas, e diante do interesse dos profissionais que estiveram na primeira palestra, ofertou-se novamente uma capacitação a este grupo e demais interessados na Unioeste, desta vez realizada pela psicóloga Rima Awada que organizou e traduziu o livro “*Sumud em tempos de genocídio*”, (2024) de autoria da psiquiatra e psicoterapeuta Samah Jabr, chefe da unidade de saúde mental do Ministério da Saúde da Palestina. Esta palestra abordou principalmente a dimensão psicológica e histórica do conceito de *Sumud*, termo utilizado pelos palestinos para expressar uma cultura voltada à resistência, além de questões psico-políticas envolvendo a guerra colonial de Israel no Oriente Médio e os ataques a civis.

Após este período de capacitações aos profissionais da rede pública e demais interessados, eis que surgiram as primeiras demandas de atendimento psicológico que não puderam ser acolhidas na rede pública. Porém, o que já era esperado concretizou-se: as pacientes abrigadas em uma casa de passagem e encaminhadas pela assistente social não falavam português ou outra língua que os psicólogos voluntários tivessem domínio. Havia entre as psicólogas voluntárias a possibilidade de atendimento em português, espanhol e inglês, mas não em árabe e/ou francês como era a demanda.

³⁹ Disponível para download em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/06/relatorio-seminario-migracoes_.pdf

Construindo o trabalho com mediadores interculturais

Tal fato fez com que fosse tirada do âmbito da ideia a presença de intérpretes linguísticos ou mediadores interculturais⁴⁰ aptos a contribuir com o atendimento em *setting* psicológico, quando houvesse necessidade.

Todavia, ainda de forma voluntária e pontual, pois apesar de o Plano de Políticas Públicas de Foz do Iguaçu prever o desenvolvimento desta agenda, ainda não existia nada concreto. Assim, mediante o auxílio da professora do curso de Mediação Cultural, Letras e Artes da UNILA, Giane Lessa, organizou-se uma capacitação básica a pessoas que falassem francês e/ou árabe e que estivessem disponíveis para acompanhar voluntariamente os atendimentos psicológicos com a demanda de mediação.

Novamente, realizou-se um chamado de voluntários, no qual doze pessoas se disponibilizaram a colaborar como intérpretes/mediadores interculturais e participar da capacitação. Dentre estes, havia haitianos falantes de francês, brasileiros falantes de francês, um sírio falante de árabe e uma brasileira de origem libanesa falante de árabe, sendo que grande maioria dos voluntários eram estudantes internacionais da UNILA.

De forma geral o trabalho com mediadores interculturais no *setting* psicológico é extremamente incipiente, mas já existem algumas experiências, como do Núcleo de Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e do Service d'Aide Psychologique Spécialisée aux Immigrants et Réfugiés (SAPSIR) da Universidade Laval, em Quebec, no Canadá, que foram referência para a constituição do *setting* neste projeto (Martins-Borges & Pocreau, 2012). Neste ponto, faz-se necessário trazer alguns elementos teóricos e práticos relevantes do trabalho com intérpretes e/ou mediadores interculturais.

⁴⁰ Primeiramente, é importante entender a diferença entre o intérprete linguístico e o mediador intercultural na clínica, pois este último extrapola o papel de tradutor das palavras à medida que a traduz não apenas a língua, mas a cultura e o contexto social de onde está emerge, decodificando os significados de cada contexto (Estimable & Botega, 2022). Não obstante, no presente projeto tivemos voluntários que conheciam uma das línguas de expressão das pacientes, mas desconheciam a cultura, e voluntários que tinham conhecimento tanto da língua quanto da cultura árabe.

Em relação à mediadora escolhida para estes atendimentos iniciais, foram repassadas à ela, antes de iniciar o trabalho, algumas informações básicas sobre as pacientes para que esta pudesse avaliar sua disponibilidade psíquica e temporal para executar a função. Isto se deve à possibilidade de existirem conflitos de interesses envolvendo a comunidade imigrante local, assim como variações linguísticas dentro do mesmo país que podem ser limitadores do processo. Também explicou-se à mediadora o objetivo do atendimento, pois, inicialmente se tratavam de casos de acolhimento e avaliação que poderiam resultar em uma psicoterapia breve.

Seguindo as orientações de Leanza, et al (2014), em relação a atendimentos em saúde mental, é importante que o intérprete ou mediador intercultural não tenha apenas a habilidade linguística, mas também conhecimentos sobre a área. Deste modo, orientou-se à psicóloga voluntária que reservasse alguns minutos antes e depois da sessão para falar com a mediadora sobre como foi a tradução e se algum conteúdo foi mais difícil do ponto de vista emocional e cultural. Conteúdos compartilhados envolvendo guerras e violências sofridas ao longo do processo migratório, podem impactar tanto emocionalmente quanto na capacidade de imparcialidade da mediação/tradução. Neste sentido, reforça-se a importância da formação continuada, da supervisão técnica e do suporte psicológico aos mediadores interculturais (profissionais ou voluntários) para que se tornem cada vez mais capazes de lidar com as identificações e projeções envolvendo religião, raça, gênero, origem migratória, etc.

Na capacitação e na orientação direta à psicoterapeuta voluntária que participou dos atendimentos com a mediadora, enfatizou-se a importância da imparcialidade, recomendando que esta realizasse a tradução sem inferências próprias. Todavia, de um ponto de vista linguístico pragmático, ressalta-se que os mediadores dificilmente deixarão de inserir alguns de seus próprios conhecimentos e perspectivas na interação clínica de forma verbal e não verbal, através da expressão no rosto, tom de voz, gestos e tempo de tradução. No caso de dimensões que envolvem especificidades culturais, orientou-se que estas deveriam ser traduzidas, porém, deveriam ser comunicadas que estariam para além da fala direta das pacientes, conforme indicação de Leanza et al (2014).

Sobre o decorrer dos atendimentos, ainda recomendou-se que, caso ocorressem dúvidas entre psicóloga e migrante, era possível pedir esclarecimentos para a mediadora sobre o que estava sendo dito. Recomendou-se ainda que não se traduzisse palavra por palavra, nem que a tradução ocorresse após longos enunciados, sendo mais apropriado tanto para a mediadora quanto para os interlocutores que a tradução fosse feita após algumas frases, porém, respeitando os momentos de maior catarse afetiva.

Por parte da psicóloga, orientou-se ainda sobre a análise da interação entre mediadora e paciente, bem como sua transferência e contratransferência lateral⁴¹ com a mediadora intercultural. Ressalta-se que, devido ao vínculo e identificação a ser construído entre estas, poderia haver um conflito de papéis e certa exclusão de um integrante da dinâmica do *setting*. Recomendou-se assim que, ao final das primeiras sessões e/ou quando sentissem alguma diferença do padrão de comunicação dentro do *setting*, fosse perguntado às pacientes como estava sendo para elas o processo de mediação. Assim, também orientou-se à profissional da Assistência Social, a qual encaminhou as pacientes, que informasse a elas antecipadamente que haveria uma mediadora falante de árabe ou francês nas sessões.

Outra orientação dada à psicóloga que realizou o atendimento com a mediadora foi a observação das resistências e identificações das pacientes e da mediadora, que poderiam ser expressas mediante lapsos de comunicação, dificuldades de tradução ou através de uma comunicação direcionada apenas às pacientes. Além disso, recomendou-se que nas ocasiões em que a paciente dialogasse sem tradução com a mediadora, recomendar-se-ia interromper e pedir tradução. Também foi ressaltado à psicóloga que era importante escutar a própria contratransferência, pois não são incomuns sentimentos de exclusão, impotência e perda de controle em consultas com mediação linguística e cultural, e que diante disso, estas dinâmicas deveriam ser detectadas e trabalhadas (Darling, 2004).

⁴¹ Para Pocreau e Martins-Borges (2013), na clínica intercultural é fundamental que o psicoterapeuta analise não somente a transferência do paciente, que consiste na projeção de desejos, fantasias, padrões de relacionamentos primordiais da infância para com o psicoterapeuta, mas também realize a análise da transferência lateral, ou seja, identifique e maneje a transferência entre todos que compõe o *setting*.

Reflexões finais

Por fim, foi possível compreender que a experiência de acolhimento psicológico a repatriados em Foz do Iguaçu reafirma e revela diversas questões a respeito da capilaridade do poder público em atender estas demandas. O primeiro ponto é que, apesar da incipiência do trabalho em saúde mental com imigrantes de forma contínua, a cidade apresentou um conjunto de atores, envolvendo profissionais da rede pública, profissionais voluntários, universidades, comunidade árabe e etc, que foram capazes de se organizar em torno de uma rede de atendimento minimamente capacitada para acolher e encaminhar as demandas de saúde mental, de forma que ninguém que buscasse os serviços ficasse desamparado.

Porém, considera-se que uma cidade multicultural como Foz do Iguaçu, que recebe migrantes e refugiados cotidianamente, e que estes, como cidadãos, demandam atendimento nos mais variados dispositivos públicos, precisa organizar uma rede de mediadores interculturais não apenas para garantir atendimento na clínica psicológica, mas também em outros serviços de saúde, assim como na educação, justiça, assistência social e regularização migratória.

Já em relação à compreensão do alcance do projeto de formação e atendimento psicológico, considera-se que não foi possível uma mensuração total do número de atendidos na rede pública ou voluntária geral, visto a dificuldade de compilação dos dados de atendimento dos diversos atores da rede pública, particular e voluntária. No entanto, o objetivo de oferecer capacitação básica aos profissionais interessados para atendimento intercultural a migrantes involuntários foi atingido. Por fim, enfatiza-se que, embora este fosse uma das metas do Plano de Atenção ao Migrante de Foz do Iguaçu - formar mais e mais psicólogos e demais profissionais com competências interculturais para qualificar o atendimento a migrantes e refugiados, foi a tragédia no oriente médio e o programa de repatriação do governo brasileiro, que acabou acelerando tais ações, porém ainda de forma pontual e descontinuada.

Referências

- Brasil. (2024). *Operação Raízes do Cedro*. Portal Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/operacao-raizes-do-cedro/pagina-inicial>
- Darling, L. (2004). Psychoanalytically-informed work with interpreters. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 18(3), 255–267
- Estimable, C., & Pereira Botega, G. (2022). A mediação cultural no atendimento psicossocial aos imigrantes e refugiados na perspectiva das trabalhadoras de um Centro de Referência de Assistência Social. *Das Amazônias*, 5(01), 46–61. <https://doi.org/10.29327/268903.5.1-9>
- Leanza, Y; Miklavcic, A; Boivin, I; Rosenberg, R (2014). Working with Interpreters. L.J. Kirmayer et al. (eds.), *Cultural Consultation: Encountering the Other in Mental Health Care, International and Cultural Psychology*, DOI 10.1007/978-1-4614-7615-3_5, © Springer Science+Business Media, New York.
- Martins Borges, L., & Pocreau, J.-B. (2012). Serviço de atendimento psicológico especializado aos imigrantes e refugiados: interface entre o social, a saúde e a clínica. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 29(4), 577–585. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000400012>
- Pocreau, J.-B., & Martins-Borges, L. (2013). *La cothérapie en psychologie clinique interculturelle. Santé mentale au Québec*, 38(1), 227–242. <https://doi.org/10.7202/1019194ar>
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. (2024). *Decreto nº 32.607/2024: Dispõe sobre o Plano Municipal de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas de Foz do Iguaçu*. Leis Municipais. <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2024/3261/32607/decreto-n-32607-2024-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-politicas-publicas-para-migrantes-refugiados-e-apatridas-de-foz-do-iguacu-para-o-periodo-compreendido-entre-2024-a-2028>
- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. (2024, dezembro 15). *Foz do Iguaçu recebeu 25% dos repatriados da Operação Raízes do Cedro*. <https://www5.pmfi.pr.gov.br/noticia-53921>
- Jabr, S. (2024). *Sumud em tempos de genocídio*. Rio de Janeiro: Tabla.

Agradecimentos

Agradeço especialmente às psicólogas Carline Engel Krein, Makariana Pinheiro, Rima Awada, a professora Giane Lessa da UNILA, a voluntária Fadia Soueid e todas as pessoas voluntárias que ficaram a disposição para os atendimentos, assim como a Mesquita Omar Ibn Al-Khattab e os demais profissionais envolvidos em todo o projeto.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Silva-Ferreira, A.V. (2026). Atendimento psicológico a repatriados do Líbano em Foz do Iguaçu: do trabalho em rede à atuação com mediadores interculturais. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.1, p. 126-139. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137atendimentopsicologico>

RECEBIDO EM:10/05/2025
APROVADO EM: 26/08/2025